

6

Considerações finais

Este trabalho apresentou uma interpretação analítica da utilização dos corpos como signos que compõem representações sociais produzidas e veiculadas em propagandas recentes do Governo Federal. Por este caminho, além de caracterizar e categorizar tais representações, foi possível promover debates em torno da relação sempre dinâmica entre sociedade e Estado no Brasil a partir do dilema conceitual da articulação entre partes e todo. Isto principalmente porque, apropriado socialmente e ponto de interseção entre o “social” e o “individual”, o corpo abriga os símbolos que possibilitam construir soluções particulares a este dilema, refletindo assim os poderes que conformam a sociedade.

A interpretação das representações presentes nos anúncios analisados se apoia na conceituação que Roland Barthes (1980) apresenta sobre o discurso mítico, comparável ao discurso midiático em geral e ao discurso publicitário em particular. Em resumo, assim como o mito, a publicidade se apropria de uma estrutura semiológica já trabalhada para compor o seu processo de significação. Dessa maneira, é possível considerar que o simbolismo das características corporais contém um empenho cultural indispensável para que a publicidade (linguagem sobre e através de linguagem) produza significados capazes de expressar convenientemente as estruturas, conceitos e valores que informam a realidade social de acordo com uma visão particular. Uma visão particular que, entretanto, pretende conotar todas as outras.

Vimos que a “nação” pode ser definida como uma resposta política, um instrumento ideológico, com o objetivo de criar uma “comunidade imaginada” sob a tutela do Estado. Em grande medida, os discursos de coesão produzidos neste âmbito correspondem às perspectivas das camadas sociais interessadas na cristalização de semelhante estrutura política. Neste cenário, o todo deve englobar as partes mantendo (ou ao menos não contestando) certas hierarquias sociais.

Diante da irrefragável diversidade de sua população, após constantes debates – que obedeceram também a imperativos contextuais –, grosso modo, o Estado brasileiro alcança os termos de uma identidade oficialmente nacional pelo caminho do meio. O mestiço, fruto das desventuras eternas de três “raças” formadoras, torna-se a síntese do povo brasileiro. O foco recai, portanto, sobre as relações entre o “índio”, o “branco” e o

“negro”, não sobre cada um particularmente. Com isso, apoiamos a nossa realidade nacional em uma representação que, entre outras coisas, sugere a ausência de conflitos sociais baseados na ideia de “raça” e, mais do que isso, tece loas à nossa diversidade harmônica. Em certo sentido, contestar veementemente esta percepção significa pôr em xeque a representação original que se sedimentou como o “verdadeiro” *ethos* da nação.

Uma vez que constituem uma realidade social *sui generis*, as representações condicionam dialeticamente a percepção que se tem das estruturas sociais – sem ser, portanto, um mero reflexo destas. Assim, por meio das representações continuamente colocamos em evidência certos aspectos da realidade social, enquanto ocultamos outros. Nesse sentido, vimos que, se, por um lado, as representações que se aproximam do “mito das três raças” são frequentes nas propagandas analisadas, por outro elas quase sempre dão margem a leituras que destacam as partes em relação ao todo – como parece ser o direcionamento político do partido no poder.

Em alguns casos, como em anúncios apenas institucionais, a ambivalência interpretativa funciona inclusive como um trunfo que permite apresentar de maneira sutil uma perspectiva contrária à ideologia que fundamenta a realidade do Estado nacional. Em outros momentos, no entanto, o mito original é definitivamente contestado e certas hierarquias são acintosamente expostas em favor de uma ordem cidadã que as deve abolir. Significativamente, tais representações estão presentes em anúncios assinados por Secretarias especialmente criadas para conduzir pautas relativas à promoção dos direitos humanos. Também por isso não é apenas no âmbito das relações raciais que as partes se destacam do todo, mas também em relações de gênero, em termos de orientação sexual, dentre inúmeros outros eixos. Neste universo mais literal de representações, não se trata nem de “iguais, mas separados”, nem de “diferentes, mas juntos”. As partes que compõem a sociedade brasileira – que aqui apenas tangencia a noção de “povo” – são retratadas como ao mesmo tempo “diferentes mas iguais”, “separadas mas juntas”.

No tópico “Família Brasil” descrevi as representações em que o foco para a definição do povo brasileiro está na relação harmoniosa e até afetuosa entre as partes, apagando, pela associação com uma ideia positiva de família, certas diferenças e hierarquias e transubstanciando-as em unidade, identidade e coesão nacional. Uma síntese dessas relações, o mestiço é aqui a figura dominante. Ao lado do mestiço, outro

recurso bastante utilizado é a representação do conagraamento entre pessoas com fenótipos contrastantes em ambientes socialmente indiferenciados ou festivos, abstraídos, portanto, das vivências cotidianas que informam representações acerca da estrutura social.

Mesmo assim, vimos que o diálogo com a perspectiva multiculturalista não está ausente neste grupo de representações. De fato, ele acontece mais especificamente quando há referências ao exercício da cidadania e ao universo do trabalho, valores historicamente encampados pelo partido do Governo, ao menos no âmbito dos discursos. As representações descritas sob o tópico “Brasil: país de todos” correspondem aos casos em que, embora não esteja desautorizada, a leitura clássica do mito original é ainda menos evidente. Sem fazer referência ainda a hierarquias sociais, aqui o simbolismo dos corpos é utilizado para representar o povo da nação, mas evidenciando também as partes. Estas representações são encontradas em propagandas de todo o período estudado, mas parecem ser uma preocupação objetiva sobretudo dos governos Lula, que tinham como lema justamente a frase “Brasil, um país de todos”. Bastante expressiva desta preocupação é a caracterização dos três personagens que dizem juntos: “Eu sou cidadão. Eu sou brasileiro”. Se não é a única vez em que “brasileiros” são representados destacadamente no papel de “cidadãos” ao longo dos filmes analisados, é a mais incisiva. Diferentes entre si (dois rapazes, um branco e um oriental, além de uma moça parda), eles não reproduzem o mito das três raças como representantes “naturais” da população brasileira. São, neste caso, igualmente cidadãos, partes individuais do todo.

Embora as representações presentes no tópico “inclusão social” não considerem vínculo com a estrutura socioeconômica, elas poderiam ser alocadas também na parte da análise que aborda mecanismos de classificação social. Além de revelar o caráter polissêmico de muitas representações, isso se deve principalmente ao fato de a caracterização do povo brasileiro estar aqui atrelada à questão cidadã com maior intensidade. São apresentadas, portanto, questões em que um projeto político particular para o Estado contesta vivamente uma ideia consagrada de nação. Aqui o mito original é deixado de lado e o assunto passa a ser a promoção da igualdade social em diferentes níveis, bem como o anúncio de políticas públicas desenvolvidas em seu favor. Nestas propagandas são consideradas as desigualdades observadas na estrutura da sociedade

brasileira. Desigualdades estas que estão, via de regra, marcadas nos corpos. Sob esta perspectiva, de maneira mais acentuada, pretende-se que a identidade social das partes seja precedente à identidade vinculada ao todo.

Relativamente associada aos temas desenvolvidos nos tópicos anteriores, a representação da afinidade do povo brasileiro com o país – marcadamente em sua porção atrelada ao poder central do Estado – vale-se constantemente de um personagem social em particular: a criança. É disto que trata o tópico “Dos filhos deste solo és mãe gentil”. Com efeito, sempre que os símbolos pátrios aparecem nos anúncios, crianças os manipulam com maior ou menor destaque. Os significados produzidos a partir da associação positiva entre símbolos pátrios (representando a nação) e figuras infantis (representando o povo brasileiro) variam bastante. Todos eles, entretanto, estão compreendidos nesta dinâmica em que o povo assume em relação ao Brasil o papel de bom filho que “valoriza”, “sente orgulho”, “ama” etc. uma instância “cuidadora” superior.

Por último, o corpo em movimento também é utilizado para caracterizar aspectos da identidade nacional. Mas, evidentemente, não são quaisquer corpos. Ao desempenhar movimentos associados ao samba e às religiões afro-brasileiras, a matriz negra comanda o “jeito de corpo” que se pretende tipicamente brasileiro nas propagandas analisadas. Mas, como vimos, enquanto o “malandro” (homem) alegra, a “cabrocha” (mulher) seduz.

Além disso, personagem controversa, a jovem morena de pele clara também é sutilmente apresentada como a representação por excelência da feminilidade brasileira por meio de seus movimentos. Isto deixa patente que, embora as relações de gênero sejam representadas de diferentes formas nos anúncios recentes do Governo Federal, a incorporação feminina de certa brasilidade não deixa de se associar ao âmbito da sexualidade.

O outro eixo de significação criado para apresentar a análise do *corpus* corresponde a representações que articulam mecanismos de classificação social. Em resumo, se as representações que tratam da questão da identidade nacional não fazem referência a presença em ambientes sociais que comandem a estratificação social, o contrário acontece quando os corpos são tratados como signos de um sistema que

pretende comunicar a dinâmica da estrutura socioeconômica e dos processos de inclusão social sob a administração do partido no poder.

Na sociedade brasileira, produto de relações e mentalidades continuadas após a transição para a modernidade, as classificações verticais e horizontais por meio do simbolismo dos corpos abarcam ambiguidades, dinamismos e plasticidades. Contudo, ao associar determinados fenótipos a determinados espaços sociais, as propagandas analisadas, além de tomar partido destas “incertezas”, constroem expressões da realidade social brasileira indicando uma composição específica de suas estruturas.

“Campo”, “consumo”, “trabalho e emprego”, “instituições de ensino”, “casa” e “cultura, turismo e lazer” foram os espaços sociais em que se observaram as representações da realidade e as classificações sociais por meio de dramatizações da vida cotidiana. As representações relativas a cada um destes espaços sociais – eixos estruturados da sociedade – apenas assumem sentido por meio da relação com todas as outras, principalmente com aquelas que se desenrolam nos ambientes sociais que compõem as informações básicas para a estratificação social: família (casa), educação e mercado de trabalho.

Diversamente ao que acontece no eixo de significação anterior, o Governo Federal (a Presidência da República) se apresenta aqui menos como um lugar dentro de uma estrutura de poder e mais como um gestor de um projeto de sociedade. Vale reforçar, entretanto, que as duas dimensões jamais se separam.

O primeiro dos espaços sociais abordados foi o campo, ou o ambiente rural afastado das cidades. Vimos que o campo moderno, produtivo e tecnológico, por vezes dá lugar à miséria do semiárido brasileiro. Se no primeiro habita o agricultor ou produtor branco, com destaque para a figura masculina, no segundo está o mestiço nordestino, “o homem simples do povo”, quase sempre com numerosa família. Este último personagem tem um percurso social bem definido nas propagandas analisadas. Representação da pobreza no campo (mas também em favelas no ambiente urbano), ele é mostrado como passando a ter acesso a moradia e alimentação ao aderir aos programas sociais do Governo.

Vimos que, na tradução simbólica do sistema social que o consumo oferece, este personagem está associado aos produtos mais básicos: os alimentos. Mas as

representações na esfera do consumo vão bem além disso. É verdade que, de uma forma ou de outra, bens de consumo estão presentes em todas as encenações da vida cotidiana apresentadas nos anúncios. Contudo, há momentos em que certos rituais comunicam um jogo em que o “ter” corresponde ao “ser” na estrutura social brasileira. Se as classes sociais se diferenciam segundo suas relações com a produção e com a aquisição de bens como signos de um sistema que plasma noções acerca da estratificação social em meio às vivências cotidianas¹⁰⁷, os corpos permitem expressar o (re)ordenamento desta dinâmica quando envolvidos em rituais de consumo. Nesse sentido, a partir da própria classificação mercadológica (bens duráveis, bens semiduráveis e bens não duráveis de consumo básico) foi possível interpretar aspectos da participação social na esfera da distribuição e apropriação de bens.

Em primeiro lugar, a relação específica entre o homem não branco (quase sempre negro) e a compra de um automóvel pareceu indicar a melhora do poder aquisitivo de classes sociais mais baixas. Por sua vez, o envolvimento de pessoas pardas¹⁰⁸, representação por excelência da síntese do povo brasileiro, em rituais de consumo de bens semiduráveis pode pretender sugerir o aumento geral do consumo por parte de todas as classes sociais.

A multiplicidade étnica de pessoas comprando “produtos de primeira necessidade”, por outro lado, destaca ainda mais o percurso do “homem simples do povo”. Isto porque, mais do que a compra, este personagem, outrora representação da fome, aparece cerimonialmente consumindo tais produtos em recinto doméstico junto com sua família¹⁰⁹. Por fim, tal transição contribui para a produção de significados sobre a redistribuição de renda na sociedade brasileira.

Representação semelhante também poderia acontecer no âmbito do trabalho. Porém, embora admita exceções, a dinâmica mais comum mostra literalmente brancos ocupando cargos e empregos que exigem melhor preparo enquanto negros são retratados como representantes da classe operária. O que pode ser interpretado como um

¹⁰⁷ Sobretudo neste caso (o das representações que se desenrolam no âmbito do consumo) as informações coletadas durante as entrevistas foram fundamentais para as minhas interpretações.

¹⁰⁸ Principalmente mulheres neste caso.

¹⁰⁹ Com menor frequência, homens negros também são retratados seguindo o mesmo percurso associado à saída da miséria e ao ingresso nos mercados de trabalho e consumo.

reflexo estanque da estrutura social brasileira também dá margem à produção de outros significados que parecem estar em jogo nesta importante esfera do contrato social capitalista, que são as relações trabalhistas.

Em primeiro lugar, o vínculo conceitual entre o povo brasileiro e o trabalho é um discurso frequente nas propagandas analisadas. Mais do que isso, ideias como “alegria”, “felicidade”, “boa vontade” são utilizadas para adjetivar tal relação. Dessa maneira, o partido no poder reforça no âmbito do discurso a categoria social que idealmente representa.

A inclusão dos negros no mercado de trabalho é outra representação frequente. Esta não seria tão bem marcada se a representação de pessoas negras ocupando cargos mais altos fosse a regra, não a exceção. Além disso, enquanto a carteira de trabalho é o símbolo principal da inclusão de negros (homens e mulheres) neste mercado, a inclusão das mulheres se dá pela associação delas a funções costumeiramente masculinas, como a engenharia. Neste caso, talvez para não confundir as percepções sobre qual agente social está sendo incluído, as mulheres são sempre brancas.

Assim como acontece no âmbito do trabalho, em instituições de ensino a relação entre os personagens não é indiferenciada, ainda que seja possível afirmar a existência de uma representação genérica da população brasileira em todos os níveis do ensino público. A criança negra é a personagem central das encenações dentro das salas de aula em escolas. É a esta parcela da população que parece estar direcionado o foco do ensino básico, o que implicaria uma descontinuidade da desigual distribuição do capital simbólico na sociedade brasileira.

Os ambientes universitários, por sua vez, abrigam a relação igualitária e harmoniosa entre brancos e negros de maneira sempre exterior ao lugar de convívio forçado que a sala de aula representa. Entretanto, o acesso a estas instituições, representado pelas portas – que marcam a fronteira entre quem está dentro e quem está fora –, mostra fenótipos variados o que indica, sem destacadas preferências, a inclusão de jovens provenientes de todas as parcelas da população. De maneira diferente, indício de pretendido sucesso da política de cotas implantada pelo Governo, apenas moças negras são retratadas no momento da formatura. Nestes casos, a exposição de laços

familiares parece representar, entre outras coisas, o ineditismo do momento entre as gerações daquela família.

Por último, a emulação da cultura, o turismo e os ambientes de lazer parecem não continuar a perspectiva de redistribuição do capital simbólico na sociedade brasileira como sugerem alguns anúncios que mostram vivências em instituições de ensino. Tudo indica que tal redistribuição esteja direcionada sobremaneira para o âmbito do trabalho, uma vez que os ambientes de fruição cultural e de consumo ligado ao lazer são quase exclusivamente ocupados por pessoas brancas, sejam elas homens, mulheres ou famílias.

Comandada pelos objetivos deste trabalho, a apresentação de um panorama geral das estruturas sociais representadas impede que desenvolvimentos mais específicos sejam feitos com atenção aos espaços sociais destacados na análise. Certamente, o cotejamento deste trabalho com outros que pesquisem (qualitativamente e/ou quantitativamente) as relações concretas exercidas em cada um destes espaços poderá resultar em caminhos analíticos profícuos. Isto vale também para abordagens que tenham os mesmos espaços sociais como foco exclusivo das interpretações acerca das representações sociais desenvolvidas por meio do simbolismo dos corpos em propagandas do Governo Federal, mas também em outras em que, por ventura, estas representações apareçam. Além disso, uma vez aplicada em perspectiva histórica, proposta semelhante à do presente trabalho pode contribuir para ampliar a compreensão da dialética entre sociedade e Estado no Brasil.